

DESCAMPADO X ENCONTRO

Auditório da
CCDR Centro •
Coimbra

30.01.26—

31.01.26

**Políticas
culturais para
o futuro**
(Atividade Pública)¹
**Carta de
princípios para a
política cultural
local**
(Atividade Pública)²

DESCAMPADO X ENCONTRO

*Auditório da
CCDR Centro ·
Coimbra*

O 10º encontro da Associação Descampado aprofunda um modelo seguido nas últimas reuniões de associados. Trata-se de lhes dar uma dimensão pública, partilhando com os participantes um programa que afirma a matriz de trabalho desta associação composta por estruturas profissionais das artes performativas descentralizadas, de todo o território nacional. A Associação Descampado reúne associados com uma relação profunda com os seus territórios e comunidades, com responsabilidades nas áreas da criação artística, programação e mediação de públicos e que defende a partilha de conhecimento, de recursos e as múltiplas possibilidades de colaboração entre estruturas. É um modelo associativo único em Portugal, que defende princípios de sustentabilidade e de diálogo inovadores. Os associados circulam na rede Descampado coproduzem espetáculos, partilham equipamentos e saberes, partilham despesas de programação internacional, mas partilham também interesses, problemas e angústias. Neste sentido, parece-nos que a base da narrativa deste X Encontro Descampado se nutre da necessidade de encontrar estratégias de definição das políticas para a cultura para um novo ciclo. Estamos atualmente confrontados com um paradigma de profunda instabilidade mundial, de conflitos armados, transformações geopolíticas brutais e de receios em relação ao futuro da Europa e do mundo. Que papel pode o Sector da Cultura desempenhar, num tempo de anulação das conquistas políticas, sociais e culturais do séc.XX?

Em coprodução com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro, a proposta para o X Encontro Descampado parte deste desafio, convocando autarquias, associações e agentes culturais, políticos, equipas municipais e intermunicipais e outras estruturas responsáveis por financiamento, formação ou mediação de públicos da cultura. O nosso principal objetivo é abrir um espaço de discussão sobre as políticas culturais de proximidade, necessárias para a melhoria da vida das pessoas e da sua efetiva participação para a transformação das comunidades.

Políticas culturais para o futuro

(Atividade Pública)¹

30 de Janeiro

14:00 — 14:15 *Políticas Culturais para o Futuro · da elaboração à implementação de políticas de proximidade*

Intervenção de abertura por Isabel Damasceno - Presidente da CCDDR Centro

14:20 — 15:00 *A importância da recolha de dados para as políticas culturais · O Atlas Artístico e Cultural de Portugal*

Intervenção de Américo Rodrigues - Diretor Geral das Artes e José Soares Neves - representante do Observatório das Atividades Culturais

15:15 — 16:00

Dos Estudos à Ação

Conversa entre Ana Abrunhosa - Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Manuel Gonzalez Fernandez - representante da comunidade de Ciudad Rodrigo e Daniel Granados - elemento da equipa coordenadora da carta para a Política Cultural Local de Barcelona

— Discussão aberta à plateia —

16:00 — 16:30

Pausa para Café

DESCAMPADO X ENCONTRO

*Auditório da
CCDR Centro ·
Coimbra*

Sobre os Oradores

(Atividade Pública)¹

Isabel Damasceno · Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR) desde 23 de janeiro de 2020. Natural de Mirandela, onde nasceu a 12 de abril 1956. Licenciada em Economia (ramo Gestão) pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Presidente da Câmara Municipal de Leiria entre 1998 e 2009. Vice-presidente do Conselho Diretivo da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses (2002-2009). Vogal da Comissão Diretiva dos Programas Operacionais Regionais do Centro desde fevereiro de 2010 e Presidente da Comissão Diretiva desde 23 de janeiro de 2020.

Américo Rodrigues · Mestre em Ciências da Fala e da Audição pela Universidade de Aveiro e licenciado em Língua e Cultura Portuguesas pela Universidade da Beira Interior, Américo Rodrigues é natural da cidade da Guarda onde exerceu funções de animador e programador cultural na Casa de Cultura da Juventude da Guarda/FAOJ (1979-1989) e na Câmara Municipal da Guarda (1989-2005). Foi Diretor do Teatro Municipal da Guarda (2005-2013) e Coordenador da Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço (2015-2018). Foi um dos fundadores do coletivo Aquilo Teatro, da Associação Luzlinar e do Calafrio, Associação Cultural / Teatro do CalaFrio.

Coordenou os cadernos de poesia "Aquilo" (1982-1997) e foi codiretor da revista Boca de Incêndio (2004-2006), entre outras publicações. Ator e encenador de diversas obras teatrais. Criador de poesia sonora/sound poetry, com vários trabalhos discográficos publicados. Dirigiu festivais como "Ó da Guarda, festival de novas músicas", "Correntes de ar", Acto seguinte: Festival Internacional de Teatro da Guarda, "Dizsonante", "jazz nas alturas", "Ovni: objetos e formas animadas", etc. Autor de diversas obras de teatro, poesia, crónicas, ensaio e literatura para a infância.

É Diretor-Geral das Artes desde 2019, tendo coordenado os grupos de trabalho de revisão do modelo de apoio às artes, de regulamentação da rede de teatros e cineteatros portugueses (RTCP) e da implementação da rede portuguesa de arte contemporânea (RPAC), entre outros. Em 2011 recebeu a medalha de mérito cultural atribuída pelo Ministério da Cultura de Portugal.

José Soares Neves · Doutorado em Sociologia da Comunicação, da Cultura e da Educação (2012, Iscte).

Professor associado do Departamento de História (ESPP/Iscte), investigador integrado, subdiretor e cocoordenador do Grupo de Investigação Comunicação e Cultura do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte). Cocoordenador da seção temática Arte, Cultura e Comunicação da Associação Portuguesa de Sociologia (APS). Investigador permanente e coordenador de projetos do Observatório das Actividades Culturais (OAC) de 1996 a 2013. Foi presidente do mais recente Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Cultura (GTEC) do Conselho Superior de Estatística (2006 e 2010). Publica regularmente, como autor ou coautor, e integrando diversas equipas como coordenador ou investigador em estudos museológicos, arte e cultura. É diretor do Observatório Português das Atividades Culturais (OPAC) desde dezembro de 2018.

Ana Abrunhosa · Licenciada em Economia, mestre em Economia, e doutorada em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. É docente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, desde 1995, onde tem lecionado diversas disciplinas, como Introdução à Economia, Microeconomia I, Economia Regional, Economia Europeia, Introdução à Gestão, Seminário Gestão da inovação, entre outras. Colabora regularmente com outras Faculdades da Universidade de Coimbra. Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) de maio de 2014 a outubro de 2019. Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Centro desde maio de 2014. Presidente do Comité de Investimento do Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020) desde junho de 2016. Presidente do Conselho Geral do Fundo de Dívida & Garantias, da Instituição Financeira de Desenvolvimento (IFD), de julho de 2017 a dezembro de 2018. É presidente do Conselho Geral do Fundo de Capital & Quase-Capital, da IFD, desde janeiro de 2019. Presidente da Comunidade de Trabalho EUROACE (Centro, Alentejo e Extremadura) e da Eurorregião desde junho de 2018. Foi Vogal Executiva da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Centro - Mais Centro de fevereiro de 2010 a maio de 2014. Foi Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, sendo responsável pelas áreas do Desenvolvimento Regional, do Apoio Jurídico e à Administração Local e da Comunicação, Gestão Administrativa e Financeira, entre 2008 e 2010). Iniciou a sua atividade profissional na empresa Ernst & Young na área de auditoria, onde trabalhou desde julho de 1994 a outubro de 1995. Foi investigadora do Centro de Estudos Sociais, da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Publicou diversos artigos em revistas e livros nacionais e internacionais, essencialmente sobre desenvolvimento regional e economia e gestão da inovação.



Manuel González Fernández · Diretor da Feira de Teatro de Castilla y León – Ciudad Rodrigo; Gerente Cultural; Coordenador de Programas da Associação CIVITAS; Graduado em Psicologia pela Universidade de Salamanca; Especialista em Gestão Cultural pela Universidade de Salamanca e pela FGRS; Coordenadora Sociocultural; Diretor e Coordenador da Feira de Teatro Castela e Leão-Ciudad Rodrigo desde 2012; Coordenador Executivo da Feira de Teatro de Castela e Leão de 2005 a 2011; Coordenador dos programas de formação e desenvolvimento juvenil da Feira de Teatro de Castela e Leão de 1998 a 2006, é responsável pelas atividades complementares desde 1998; Chefe de Recursos Humanos da Feira de Teatro desde 2000; Responsável por vários programas de entretenimento teatral na província de Salamanca para crianças, jovens e idosos desde 1997; Coordenador do Centro de Secadores Multifuncionais desde 2002; Programador do Teatro León Felipe de Sequeros desde 2003; Coordenador e fundador da Escola Municipal de Espectadores de Ciudad Rodrigo desde 2009; Coordenador de produção e programação do Festival en los Barrios, do Festival Internacional de Artes de Castilla y León, de 2005 a 2011, e do programa de artes de rua desde 2014; Coordenador de programas de intercâmbio de jovens em artes cênicas entre Espanha e Portugal (2003, 2006 e 2008); Técnico pela Universidade Popular Paulo Freire (2011); Coordenador do Programa CIVITAS AT e membro fundador desde 1997; Coordenador do Espacio I (Ciudad Rodrigo), desde 2015; Presidente da COFAE.

Daniel Granados · Delegado para os Direitos Culturais da Câmara Municipal de Barcelona (2018–2023). Músico, produtor e pesquisador cultural, ex-Delegado para os Direitos Culturais da Câmara Municipal de Barcelona e professor do Mestrado em Indústria Cultural e Estudos Sonoros da Universidade Carlos III de Madrid (UC3M). Foi a força motriz por trás do programa Cultura Viva em Barcelona. Dirigiu a Producciones Doradas, uma produtora de música popular contemporânea, e foi o fundador do Observatório Internacional de Música (IMO), organização dedicada à pesquisa e análise do setor musical em contextos urbanos, em colaboração com a Universidade Aberta da Catalunha (UOC) e o festival Primavera Sound, onde liderou o Primavera Pro. Foi sócio fundador da ZZZINC, plataforma de pesquisa e inovação cultural composta por profissionais de áreas como curadoria, produção cultural, jornalismo e ensino universitário. Colaborou com os festivais Sónar e Monkey Week e apresentou o programa de rádio El Diferencial.

Carta de princípios para a política cultural local

30.01.26

(Atividade Pública)²



16:30 — 18:30 *Carta de Princípios para a Cultura Local*
apresentação da Carta de Princípios, pelo grupo de trabalho da Descampado dedicado a Políticas Culturais Locais

— Dinâmica de Carrossel —
Diferentes grupos de trabalho respondem a diferentes questões e apresentam os seus resultados, procurando complementar e completar a Carta de Princípios

18:30 *Encerramento pela CCDR Centro*

DESCAMPADO X ENCONTRO

*Auditório da
CCDR Centro ·
Coimbra*

Carta de princípios para a política cultural local

30.01.26

Preâmbulo · Esta Carta foi elaborada no seio da associação **Descampado - companhias, espaços, territórios**, a partir de um grupo de trabalho convidado a pensar sobre Políticas Culturais Municipais. É um documento em aberto para o qual se pretende uma construção colaborativa por forma a torná-lo representativo, funcional e aplicável.

Âmbito e Finalidade · Esta Carta dirige-se aos decisores políticos autárquicos, técnicos das autarquias e agentes culturais, propondo princípios e orientações para uma política cultural municipal participada, inclusiva, sustentada e estruturante. Não é um documento vinculativo, mas um convite à reflexão e à construção conjunta de um ecossistema cultural dinâmico e justo.

Inspira-se em documentos nacionais e internacionais fundamentais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Constituição da República Portuguesa, a Agenda 2030 das Nações Unidas, a Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial e a Carta do Porto Santo.

Embora concebida com base em realidades específicas, esta Carta procura assumir um carácter de **universalidade adaptativa**, reconhecendo a diversidade de contextos territoriais, populacionais e organizacionais que caracterizam os municípios portugueses — desde os centros urbanos até aos territórios de baixa densidade, litorais ou do interior. A sua utilidade reside na capacidade de **servir como guia flexível e aplicável**, independentemente da escala ou perfil cultural de cada município.

Aspira ainda a servir como **referência metodológica** capaz de apoiar processos futuros de planeamento, revisão estratégica, elaboração de regulamentos, parcerias intermunicipais e projetos colaborativos entre as autarquias e os agentes culturais dos seus territórios.

Princípios Estruturantes ·

1- Cultura como fator de Desenvolvimento e Direito Humano

a) A cultura e a criação artística são ferramentas de desenvolvimento humano e social e de sustentabilidade dos territórios e contribuem para a construção de sociedades abertas, inclusivas e pluralistas.

b) Posicionar a cultura e a criatividade no cerne das políticas de desenvolvimento é uma pré-condição para um processo de desenvolvimento sustentável, centrado no ser humano e na sua diversidade.

c) O acesso universal, liberdade de expressão, diversidade e participação são pilares de uma democracia cultural.

d) A fruição e a criação culturais devem ser garantidas como direitos fundamentais, independentemente da idade, género, origem, deficiência ou estatuto económico.

2 · Autonomia e Liberdade Artística

- a) As estruturas culturais e artísticas devem operar com total independência face ao poder político.
- b) A liberdade de expressão e criação deve ser defendida perante quaisquer tentativas de instrumentalização ideológica ou partidária.
- c) A diversidade multicultural e os seus agentes devem ser respeitados e ser intransigentes com discursos de ódio, preconceituosos e estigmatizantes.

3 · Valorização das Estruturas Locais

- a) Mapear, reconhecer, valorizar e apoiar as estruturas culturais e artísticas sediadas nos seus territórios, seja na criação, na programação ou na sua sustentabilidade.
- b) Criar formas de atribuição de apoio (investimento) claras, assentes em Regulamentos e firmadas em contratos, protocolos ou parcerias que permitam estabilidade no trabalho das entidades.
- c) Distinguir entre entidades profissionais e entidades amadoras, valorizando umas e outras, nas suas diferenças e promovendo a articulação entre umas e outras.

4 · Planeamento Estratégico e Participação

- a) Desenvolver instrumentos de gestão cultural que ajudem os territórios e os seus decisores políticos a definir uma política cultural estratégica assente em modelos participativos e inclusivos.
- b) Promover e potenciar o envolvimento dos agentes culturais e artísticos dos territórios em processos de reflexão contínua para a definição e implementação de políticas culturais nos seus territórios.
- c) Fomentar uma cultura institucional de aprendizagem contínua e de capacitação dos técnicos municipais para o trabalho com os agentes culturais e artísticos.

5 · Descentralização e Intersetorialidade

- a) Estimular a aproximação das comunidades à cultura e à criação artística e reconhecer a sua intersectorialidade interligando-a com outras áreas como a educação, a ação social, a juventude ou o ambiente.
- b) Desenvolver programas integrados que reforcem a função social, pedagógica e ambiental da cultura.
- c) Apostar numa cultura de proximidade e criar novas centralidades, com vista a uma maior acessibilidade e participação das comunidades.
- d) Incentivar a mobilidade cultural dentro do território, com especial atenção a zonas rurais ou com menor densidade populacional.

6 · Cooperação e Redes

- a) Promover a criação de parcerias, protocolos de colaboração e/ou redes entre de colaboração artística e técnica entre as estruturas culturais e artísticas dos territórios e destas com as autarquias.
- b) Disponibilizar espaços, equipamentos, apoio técnico, com regras de acesso equitativas, claras e justas.
- c) Apoiar a elaboração de candidaturas a financiamentos, promovendo o alargamento da base de apoios das estruturas.
- d) Divulgar e promover as atividades promovidas pelas entidades culturais e artísticas dos seus territórios.

7 · Transparência e Responsabilidade

- a) Definir políticas culturais claras, com regulamentos públicos, contratos-programa e avaliação participada.
- b) Prestação regular de contas e comunicação transparente com a comunidade.
- c) Acompanhar, avaliar e disseminar os resultados da implementação pública das políticas culturais, com relatórios acessíveis e indicadores mensuráveis.

Considerações Finais

Esta Carta propõe um compromisso com uma visão humanista, inclusiva e sustentada da cultura. Assenta na escuta, na partilha de responsabilidades e na convicção de que a cultura é um bem comum, lugar de encontro e socialização, e um catalisador de uma democracia mais plena e equitativa.

A adesão a estes princípios exige convicção, mas também pragmatismo, cooperação, ação e vontade política. Por isso, esta Carta poderá servir como ferramenta de diagnóstico, planeamento e avaliação, adaptável a diferentes contextos municipais e às exigências de um tempo que pede maior justiça social, cultural e ambiental.

Porque pensar a cultura é, também, pensar o futuro.

A decorative orange dashed line with arrowheads pointing to the right, curving around the text 'Porque pensar a cultura é, também, pensar o futuro.' and extending across the bottom of the page.

DESCAMPADO X ENCONTRO

(Atividade Interna)

31.01.26

10:00 — 12:00 Apresentação dos programas artísticos dos associados: linhas gerais, necessidades e contributos

14:30 — 15:30 Breves conversas entre associados com vista à concretização de trocas e colaborações

16:00 Futuras ações da Descampado.
Discussão sobre os próximos passos de atividade, enquadrando-os o panorama atual e a relação com a tutela

12:30 — 14:00 Almoço

SOBRE A DESCAMPADO

A Descampado foi criada em 2021, por um conjunto de estruturas de criação e programação de artes performativas descentralizadas e sediadas em diversos pontos do país, com espaço de trabalho próprio e com grande capacidade de intervenção nos territórios onde atuam. A sua principal missão é mostrar e promover a produção artística fora dos grandes centros urbanos. Nesse sentido, além de facilitar a circulação de espetáculos entre associados, desenvolve uma política de partilha de recursos e de discussão e reflexão sobre práticas artísticas.

São Associados da Descampado

A bruxa Teatro, Alma d'Arame, ASTA, Astro Fingido, Baal17, Chão de Oliva, d'Orfeu AC, ESTE · Estação Teatral, Esquiva Companhia de Dança, Imaginar do Gigante, Krisálida, Leirena Teatro, Lêndias d'Encantar, Mákina de Cena, Mãozorra, Teatrão, Teatro Estúdio Fontenova, S.A.Marionetas e Urze Teatro.

O X Encontro
Descampado é realizado
em coprodução entre



companhias
espaços
territórios



COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO CENTRO, L.P.

DESCAMPADO X ENCONTRO

Auditório da
CCDR Centro ·
Coimbra

30.01.26

Políticas Culturais para o Futuro (Atividade Pública)

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro e A Descampado têm o prazer de o/a convidar a estar presente no dia 30 de Janeiro, às 14:00, no Auditório da CCDR Centro em Coimbra, para participar na atividade "Políticas Culturais para o Futuro", no âmbito do X Encontro Descampado.

Confirme a sua presença através do email: adescampado21@gmail.com

Para mais detalhes sobre esta atividade, aceda ao dossiê anexo.